

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM**Aviso n.º 11 358/2007**

Álvaro dos Santos Beijinha, vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no uso da competência delegada pelo presidente, pelo despacho n.º 021/GAP/2005, de 8 de Novembro de 2005, faço público que esta Câmara Municipal, reunida em 31 de Maio de 2007, e nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, deliberou submeter a discussão pública o desenho urbano da alteração ao loteamento da Chesandré, Vila Nova de Santo André, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob o n.º 02684/210495, por um período de 8 dias para anúncio e 15 dias para discussão pública para que os munícipes sejam convidados a pronunciar-se sobre o assunto, apresentando observações, reclamações ou sugestões, por escrito, encontrando-se a proposta de loteamento disponível nos Paços do Município, na DGU e na Junta de Freguesia de Santo André.

Para os devidos efeitos, publica-se este e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais de estilo e publicado no *Diário da República*.

5 de Junho de 2007. — O Vereador do Urbanismo, *Álvaro dos Santos Beijinha*.

2611022456

CÂMARA MUNICIPAL DE SEVER DO VOUGA**Aviso (extracto) n.º 11 359/2007****Contratos de tarefa**

Para os devidos efeitos, torna-se público que foram celebrados os contratos de tarefa, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para vigilantes da floresta no concelho de Sever do Vouga, integrados nas brigadas de sapedores florestais, de 1 de Junho a 30 de Setembro de 2007, com Nuno Filipe Dias Gonçalves, João Carlos Martins Coutinho, Rui Filipe Alves Carvalheira e José da Costa Martins, e de 4 de Junho a 30 de Setembro de 2007 com Luís Miguel da Silva Pinho.

11 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Silva Soares*.

2611022482

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**Aviso n.º 11 360/2007**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 29 de Maio de 2007, foi determinada a revogação dos actos administrativos de abertura dos seguintes concursos internos de acesso geral, nos termos do disposto nos artigos 135.º e 141.º do Código do Procedimento Administrativo, e com fundamento na violação do previsto nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro:

Concursos publicitados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2007, através dos avisos n.ºs 107/2007 e 110/2007:

Três lugares na categoria de arquitecto paisagista principal;

Um lugar na categoria de técnico profissional de relações públicas especialista principal;

Três lugares na categoria de técnico profissional de relações públicas especialista;

Um lugar na categoria de técnico superior de contabilidade e administração de 1.ª classe;

Um lugar na categoria de desenhador de especialidade decorador especialista principal;

Concursos publicitados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 15 de Março de 2007, através dos avisos n.ºs 4980/2007 a 4982/2007:

Três lugares na categoria de desenhador especialista;

Um lugar na categoria de desenhador principal;

Um lugar na categoria de desenhador de especialidade projectista especialista;

Dois lugares na categoria de técnico superior de relações internacionais principal;

Três lugares na categoria de arquitecto principal;

Um lugar na categoria de técnico profissional de actividades económicas especialista;

Oito lugares na categoria de assistente administrativo principal;

Dois lugares na categoria de especialista de informática, grau 3 (nível 1).

31 de Maio de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, conferida pelo despacho n.º 58-P/2005, de 7 de Novembro, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

2611022462

Aviso n.º 11 361/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 4 de Junho de 2007, foram nomeados:

Engenheiro civil principal João Paulo de Ajuda Pereira Correia de Barros, Helena Cristina da Silva Loução, Carlos João de Salvador Fernandes da Cruz Coimbra e Nuno Ricardo Gomes Roussado Ventura Filipe, 1.º a 4.º candidatos classificados no concurso interno de acesso limitado aberto por aviso de 15 de Dezembro de 2006 e afixado em 2 de Janeiro de 2007.

Técnico superior de serviço social principal Helena Isabel Lourenço Silva Vitória, Isabel Alexandra de Araújo Palma Pelina, Maria Arlete Dias Simões dos Santos e Teresa Isabel Tomé de Sousa, 1.ª a 4.ª candidatas classificadas no concurso interno de acesso limitado aberto por aviso de 18 de Dezembro de 2006 e afixado em 5 de Janeiro de 2007.

Técnica superior de biblioteca e documentação de 1.ª classe Paula Cristina de Sousa Silva, 1.ª candidata classificada no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219 (parte especial), de 14 de Novembro de 2006.

Técnico superior de gestão de 1.ª classe Maria de Fátima Eusébio e Domingos Manuel Jesus Mateus, 1.º e 2.º candidatos classificados no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 230 (parte especial), de 29 de Novembro de 2006.

Técnico profissional especialista Susana Cristina Marcos Dionísio da Silva, Ana Margarida Marques Pereira Veríssimo, Adélia Maria Caetano Faustino, Paula Cristina Salgueiro Silva Rodrigues, Catarina Maria Aldeia Silva Galego Fernandes, Júlio Manuel Simões Miranda, Susana Sofia de Sousa Palma Condeça, Ana Cristina Franco Duarte, Maria da Graça Paixão da Cunha, Joaquina Maria Faustino Gaio da Nóbrega, Francisco Maria Pedro Borrego Sabino, Fernanda Maria Parcelas Mouro e Patrícia Vicente Vieira Costa, 1.º a 13.º candidatos classificados no concurso interno de acesso limitado aberto por aviso de 15 de Dezembro de 2006 e afixado em 3 de Janeiro de 2007.

Técnico profissional de acção social e educativa principal Marta Tatiana van der Kellen Portinha Fernandes Martinho, Rui Manuel da Silva Grazina e Sérgio Manuel Nunes Chaves, 1.º a 3.º candidatos classificados no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 230 (parte especial), de 29 de Novembro de 2006.

Técnico profissional de animação cultural e desporto principal Maria Elisabete Batista Salas Raimundo Semedo, Maria João Alcaide Martins, Vítor Paulo Matos Silva e Paula Júlia Jesus Dias, 1.º a 4.º candidatos classificados no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208 (parte especial), de 27 de Outubro de 2006.

Topógrafo de 1.ª classe Lídia Gabriela Gomes dos Santos e Fernando José Valentim da Silva Cordeiro, 1.º e 2.º candidatos classificados no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 230 (parte especial), de 29 de Novembro de 2006.

Os candidatos nomeados deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso. (Isentos de visto prévio do Tribunal de Contas.)

5 de Junho de 2007. — O Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

2611022459

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA**Aviso n.º 11 362/2007**

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por meu despacho de 13 de Abril de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso externo de admissão a estágio para ingresso na carreira de técnico superior, visando o preenchimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (licenciatura em Economia), do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Tavira.

2 — Para efeitos de recrutamento, foi consultada a bolsa de emprego público, tendo-se verificado não existir pessoal em condições de mobilidade especial, nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo que foi pela Direcção-Geral da Administração Pública emitida declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

3 — Legislação aplicável — ao concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 427/89, de 7 de Dezembro, 248/85, de 15 de Julho, 247/87, de 17 de Junho, 265/88, de 28 de Julho, 407/91, de 17 de Outubro, 409/91, de 17 de Outubro, 233/94, de 15 de Setembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, e demais legislação aplicável.

4 — Conteúdo funcional — é o constante do despacho n.º 22 511/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Novembro de 2004.

5 — Prazo de validade — o presente concurso é válido para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

6 — A este concurso poderão candidatar-se os indivíduos vinculados ou não à função pública que reúnam, até ao término do prazo de apresentação de candidatura, os seguintes requisitos:

6.1 — Requisitos gerais:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos especiais — licenciatura em Economia.

7 — O local de trabalho é na área do município de Tavira.

8 — A categoria de estagiário corresponde ao índice 321, fixado nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

9 — Métodos de selecção — nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- a) Prova oral de conhecimentos gerais e específicos (revestindo natureza teórica), com carácter eliminatório;
- b) Entrevista profissional de selecção.

9.1 — A prova oral de conhecimentos gerais e específicos terá a duração de trinta minutos, com consulta, sendo admitidos à entrevista profissional de selecção os candidatos que obtiverem classificação igual ou superior a 9,5 valores.

A prova oral de conhecimentos gerais e específicos, cujo programa foi aprovado por meu despacho de 31 de Maio de 2007, versará sobre os seguintes temas:

- 1) Quadro de referência estratégico nacional 2007-2013;
- 2) Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e respectivas alterações;
- 3) Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
- 4) Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
- 5) Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- 6) Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;
- 7) Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

9.2 — A entrevista profissional de selecção, com a duração de vinte minutos, visa avaliar numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos para o exercício do lugar. Na entrevista profissional de selecção serão ponderados os seguintes factores:

- a) Experiência profissional;
- b) Enquadramento e desenvolvimento funcional;
- c) Dinamismo e motivação para a função;
- d) Relacionamento interpessoal.

Os critérios de avaliação da entrevista profissional de selecção, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta do júri

do concurso de 31 de Maio de 2007, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9.3 — A classificação final dos candidatos, expressa na escala de 0 a 20, na qual será utilizado, para além dos valores inteiros, um limite máximo de três dígitos decimais, sem arredondamento, resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção, após a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{2POC + EPS}{3}$$

em que:

CF=classificação final;

POC=prova oral de conhecimentos, revestindo natureza teórica;

EPS=entrevista profissional de selecção.

10 — Formalização das candidaturas para os concursos:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento em folha normalizada tamanho A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Tavira, podendo ser entregues pessoalmente na Secção de Pessoal, sita no Edifício André Pilarte, Rua de D. Marcelino Franco, 2, 1.º, dentro das horas normais de expediente, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Tavira, Praça da República, 8800-951 Tavira, expedidas até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

10.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, número, data de emissão e validade do bilhete de identidade, bem como a entidade que o emitiu, número fiscal de contribuinte, e residência completa);
- b) Habilitações literárias;
- c) Menção do concurso a que se candidata, bem como do *Diário da República* em que se encontra publicado o presente aviso;
- d) Especificação de quaisquer outros elementos susceptíveis de influírem na apreciação do mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais todavia só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

10.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão, do certificado de habilitações literárias.

10.4 — Os requerimentos de admissão deverão também ser acompanhados de fotocópia do bilhete de identidade e *curriculum vitae* actualizado.

11 — É dispensada, nesta fase, a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 6.1 do presente aviso, devendo os candidatos declarar nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos mencionados nas referidas alíneas.

12 — O disposto no número que antecede não impede que o júri exija aos candidatos, em caso de dúvida sobre a respectiva situação, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos serão punidas nos termos da lei.

14 — Composição do júri:

Presidente — Maria Antónia Martins Nascimento, directora do Departamento de Planeamento e Administração.

Vogais efectivos:

Ana Cristina Rodrigues Palindra, chefe da Divisão de Planeamento e Programação de Investimentos, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Carla Maria Leal Santos Martins, chefe da Divisão Financeira e Patrimonial.

Vogais suplentes:

Sílvia Isabel Cavaco Ferro, técnica superior de 2.ª classe.

Ana Isabel Rosa Pereira, técnica superior de 2.ª classe.

15 — Regime de estágio, para o concurso:

15.1 — O estágio, com carácter probatório, terá a duração de um ano e desenvolver-se-á de harmonia com as regras definidas pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

15.2 — O provimento do estagiário será feito em regime de contrato administrativo de provimento, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, ou em comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do referido decreto-lei.

15.3 — Findo o período de estágio, o estagiário será avaliado por um júri de estágio, que, salvo indicação em contrário, será o mesmo do presente concurso, de acordo com os seguintes factores:

- a) Relatório de estágio a apresentar pelo estagiário, até 30 dias após o termo do estágio. Constituirão parâmetros de ponderação para avaliação do relatório de estágio a estruturação, a criatividade, a profundidade de análise, a capacidade de síntese, a forma de expressão escrita e a clareza da exposição;
- b) Classificação de serviço obtida durante o período de estágio;
- c) Quando possível, os resultados da formação profissional adquirida durante o estágio.

15.4 — Qualquer dos factores será classificado de 0 a 20 valores, sendo a classificação final a resultante da média simples das classificações obtidas nestes factores.

15.5 — A classificação final traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores.

15.6 — A obtenção de classificação inferior a 14 valores implicará o regresso ao lugar de origem ou a imediata rescisão do contrato de trabalho sem direito a qualquer indemnização, consoante se trate de indivíduo vinculado ou não à função pública.

16 — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, os candidatos com grau de incapacidade ou deficiência igual ou superior a 60% têm preferência, em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

16.1 — Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, assim como indicar no requerimento de admissão as respectivas capacidades de comunicação e expressão.

É dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo dessa mesma deficiência.

17 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e as de classificação final serão afixadas, para consulta, no Edifício dos Paços do Município ou publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de conformidade com o disposto nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

18 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 de Junho de 2007. — O Vereador do Desporto e Economia, *Carlos Manuel dos Santos Baracho*.

2611022486

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Rectificação n.º 871/2007

No *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 12 de Abril de 2007, a p. 9603, foi publicado com inexactidão o aviso n.º 6747/2007, referente à abertura de concurso externo para admissão de estagiário para provimento de um lugar de engenheiro florestal de 2.ª classe. Assim, rectifica-se que onde se lê «para provimento de um lugar de engenheiro florestal de 2.ª classe para exercer funções no Serviço Municipal de Protecção Civil.» deve ler-se «para provimento de um lugar de engenheiro florestal de 2.ª classe para exercer funções no Gabinete Técnico Florestal (Divisão de Serviços Urbanos).».

6 de Junho de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, nos termos do despacho n.º 18 886, de 25 de Outubro de 2005, o Vereador, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.

2611022483

Rectificação n.º 872/2007

No *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 29 de Maio de 2007, a p. 14 425, foi publicado com inexactidão o aviso n.º 9711/2007, referente à nomeação, para o provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (recursos humanos), pelo que se rectifica que onde se lê «para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (recursos humanos), Teresa Elisa Gomes Santos Patrocínio» deve ler-se «para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (recursos humanos), na sequência de aprovação em estágio, Teresa Elisa Vieira Gomes dos Santos Patrocínio».

6 de Junho de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.

2611022463

Rectificação n.º 873/2007

No *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 5 de Junho de 2007, a p. 15 583, foi publicado com inexactidão o aviso n.º 10 271/2007, referente à nomeação para o provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (relações públicas), pelo que se rectifica que onde se lê «por despacho do signatário» deve ler-se «por despacho do Dr. Sérgio Paulo Matias Galvão, vereador, com competências delegadas pelo presidente da Câmara, nos termos do despacho n.º 18 886, de 20 de Outubro de 2005».

6 de Junho de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.

2611022466

CÂMARA MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO

Listagem n.º 167/2007

O padre Albino José da Silva Carneiro, presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho, faz pública a lista das obras adjudicadas no ano de 2006, nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março:

Tipo de procedimento	Designação da empreitada	Adjudicatário	Valor da adjudicação (euros)
Concurso público	Rede de drenagem de águas residuais do lugar de Campos — Campos — Vieira do Minho.	Campos Silva, S. A.	199 677,28
Concurso público	Rede de drenagem de águas residuais do lugar de Lamalonga — Campos — Vieira do Minho.	Campos, Silva, S. A.	129 651,17
Concurso limitado	Construção das instalações sanitárias públicas da Praça de Guilherme de Abreu — Vieira do Minho.	Sociedade de Construções Obramares, L.da	89 220,16
Concurso limitado	Requalificação urbana da área envolvente dos Paços do Concelho — Vieira — Vieira do Minho.	Alexandre Barbosa Borges, S. A.	119 731,35
Concurso limitado	Caminho de ligação entre o lugar das Eiras e o CM 1409 — Sanguinheiro — Vieira do Minho.	Irmãos Pereira da Silva & Bruno Silva, L.da	94 130,78
Concurso limitado	Restauro e ampliação do bar da ilha — Ermal — 2.ª fase — freguesia de Rossas — Vieira do Minho.	URBANOP — Urbanizações e Obras Públicas, L.da	124 497,25
Concurso limitado	Rede de drenagem de águas residuais entre Arco e Quinta freguesia de Ruivães — Vieira do Minho.	URBANOP — Urbanizações e Obras Públicas, L.da	42 836,68
Concurso limitado	Rede de drenagem de águas residuais e abastecimento de água ao lugar de Espindo, freguesia de Ruivães — Vieira do Minho.	Sebastião da Rocha Barbosa, L.da	126 802,83
Ajuste directo	Pavimentação do caminho municipal de Gandra — Mosteiro — Vieira do Minho.	Zeferino Machado & Filhos, L.da	14 100
Ajuste directo	Drenagens de linha de água junto ao CM 1392 — Fornelos — Vieira do Minho.	António Pires Pereira	1 825,50
Ajuste directo	Pavimentação do CM 2201 desde Touça ao entroncamento com estrada de acesso a Fafe — Rossas.	URBANOP — Urbanizações e Obras Públicas, L.da	11 037,50